

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Ata da 104ª Reunião Ordinária da CT-RN – 13/12/2021- 9h Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
A.E.A.A.V.	Renato Cesar Lopes Gomes (T) Edilson Pentean (S)
APTA Polo Sul	Vera Lúcia Pimentel Salazar (S)
CDRS	Henrique Bellinaso (T)
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE - Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
DAE Jundiá	Cláudia Debroy de Campos (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T)
EMBRAPA	Maria Lucia Zuccari (T) Sandra Furlan Nogueira (S)
Fundação José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
INEVAT	Claudia Grabher (S)
IP/APTA	Luciana Carvalho B. de Menezes (T)
IPT	Maria Lúcia Solera (T)
IZ/APTA	João José A. A. Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
P.M. de Campinas	Juliano Braga (T) Ana Paula Pellegrino (S)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos (T)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schimidt (T)
P.M. de Louveira	Victor Marinheiro (S)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior (S)
P.M. de São Pedro	Paula Gonçalves da Fonseca e Souza (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SABESP	Mariza Fernanda da Silva (T)
SANASA	Renato Garofalo (T)
SANEBAVI	Mateus Lucas Nardi (S)
SEMAE	Renato Natalio Cardoso (T)
SIMA/CFB	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (T)
UNICAMP	André Luís Sotero S Martim (T)

Membros ausentes	
Entidades	
AJUDE	
ASSEMAE	
Associação Renovar	
CISBRA	

Consórcio Pirai	
DAEE	
Diretoria de Ensino de Bragança Pta	
Instituto Agir Ambiental	
IPÊ	
Mackenzie - Campinas	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Hortolândia	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Jarinu	
P.M. de Piracaia	
P.M. de Saltinho	
P.M. de Torrinha	
SAAE Indaiatuba	
TNC	
UNICAMP/IB	

Membros ausentes com justificativa	
Entidades	
P.M. de Jundiá	
P.M. de Vinhedo	
PUC-Campinas	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Marcos Cazzonato
	Rebeca Silva
	Tiago Georgette
P.M. de Cordeirópolis	Thomaz Almeida
SAAE Salto	Sílvia Telles

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

1. Abertura: Aos treze dias do mês de dezembro de 2021, remotamente por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*, conforme regulamento na Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 113/20, de 22/05/2020 e Nota Técnica 01/2020, o Sr. João José A. A. Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ-APTA) e coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), abriu a reunião e agradeceu a presença de todos, e apresentou a pauta da reunião, onde o Sr. Demarchi propôs duas alterações de pauta: a antecipação dos Informes como item 3 da pauta e a inclusão como item 4 da pauta a discussão sobre os Planos de Macrodrenagem dos Rios Jundiá e Capivari. Não havendo questionamentos, as alterações da



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 104ª Reunião Ordinária da CT-RN – 13/12/2021- 9h

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

pauta foram apreciadas e aprovadas por unanimidade, dando prosseguimento na reunião. O coordenador-adjunto da CT-RN, Sr. Petrus Weel, representante da P.M. de Holambra e das Cooperativas de Holambra/SP, agradeceu a presença de todos, desejando uma boa reunião. **2. Aprovação das minutas de atas:** Quanto a aprovação da ata, foram apresentadas as seguintes minutas: **2.1.** 103ª Reunião Ordinária, realizada em 27/10/21; **2.2.** 8ª Reunião Conjunta da CT-RN e CT-Rural, realizada em 08/10/2021. O Sr. Demarchi convidou o Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) que apresentou as minutas de atas, ambas enviadas aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental e questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Na sequência, o Sr. Demarchi colocou em votação, sendo aprovadas por unanimidade a minuta de ata da 103ª Reunião Ordinária da CT-RN realizada em 27/10/2021 e a 8ª Reunião Conjunta da CT-RN e CT-Rural, realizada em 08/10/2021 sem alterações; **3. Informes Gerais:** Na sequência, o Sr. Demarchi iniciou os informes. **3.1.** da Coordenação: o Sr. Demarchi informou aos alunos da pós-graduação financiados pelos Comitês PCJ e que concluíram o curso para se organizarem para apresentar o artigo ao longo das reuniões da CT-RN. Informou que eventuais alunos indicados por outras CTs e que sejam membros da CT-RN podem agendar a apresentação também, caso desejem para compartilharem o trabalho; **3.2.** dos Grupos de Trabalho: **a)** do GT-Áreas Protegidas: O Sr. Cristiano Krepsky, representante da Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO) e coordenador do GT informou sobre: i. evento IV Seminário de Áreas Protegidas das Bacias PCJ: “A importância das áreas protegidas das Bacias PCJ no contexto das mudanças climáticas” que aconteceu no dia 30/11/21 e contou com a participação de 81 (oitenta e um) participantes. Informou que um relatório sobre o evento está sendo redigido e será apresentado aos membros do GT oportunamente; ii. TR PMMA e Cerrado: informou que o Termo de Referência (TR) para contratação da capacitação está em fase final de elaboração pela Agência PCJ e que há a previsão de iniciar a contratação no ano de 2022; iii. Material sobre as Áreas Protegidas das Bacias PCJ: informou que uma comissão formada por membros do GT e da Assessoria de Comunicação da Agência PCJ está elaborando um material que pretende divulgar mais informações a respeito de todas as Áreas Protegidas existentes no território das Bacias PCJ; **b)** GT-Mananciais: i. Edital da Política de Mananciais: o Sr. Miguel Milinski, representante do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE Rio Claro) e da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP e coordenador-adjunto do GT-Mananciais, informou que o novo edital da Política de Mananciais terá um caráter permanente para o período 2022-

2025, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 398/21, de 10/12/2021, e reforçou a proposição de áreas para os editais, mesmo que não estejam priorizadas. Assim, os municípios serão motivados a participar já que a aprovação dos projetos viabiliza o seu financiamento por meio de outras fontes como parcerias e compromissos de restauração de empresas em processo de licenciamento e compensação florestal; ii. Oficina Preparatória para seleção de Áreas e Empreendimentos Política de Mananciais PCJ 2022: o Sr. Miguel Milinski convidou a todos interessados para participar da Oficina que acontecerá no dia 17/12/2021 às 14h por meio da plataforma *Google Meet* e que está sendo organizada pela Assessoria Ambiental da Agência PCJ; **c)** GT-Indicadores e Monitoramento: o Sr. Demarchi informou sobre: i. a realização do III Sustentare & VI WIPIS, que ocorreu entre os dias 16 e 18 de novembro de 2021 e contou com a participação de 2.615 (dois mil seiscentos e quinze) inscritos que participaram do evento, representando 18 (dezoito) países e de todos os estados do Brasil; ii. Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre Agência PCJ e PUC Campinas: o Sr. Demarchi informou sobre a aprovação do Plano de Trabalho, fruto do ACT e que gerará resultados interessantes para ambas as entidades; **3.3.** da Secretaria Executiva: o Sr. Tiago Georgette, da equipe de apoio da SE/PCJ informou que: **a)** Atualização de representantes: entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes de três membros: i. da ASSEMAE: solicitando a remoção dos representantes suplentes Rodrigo Hajjar, Myrian Noland Costa e Gladis Meiry Matteo; ii. da SANASA: solicitando a substituição do representante titular Sr. Rodrigo Hajjar pelo Sr. Renato Garofalo e a remoção da representante suplente Sra. Tarciani Benedita Baia Santos; iii. da ONG Suprema: solicitando o desligamento da entidade na CT-RN. Como é alteração das indicações, o Sr. Demarchi informou que não cabe aprovação, sendo apenas para ciência dos demais membros; **b)** Capacitação dos representantes nos Comitês PCJ: o Sr. Tiago informou que os Comitês PCJ têm incentivado a realização de cursos pelos interessados e o envio do certificado para a Secretaria Executiva, podendo ser realizado os cursos disponíveis em plataformas gratuitas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo link <<https://capacitacao.ead.unesp.br/>>. Explicou que também há a possibilidade de realizar os cursos em outras instituições, reforçando que os representantes que concluírem os cursos com temas relacionados a meio ambiente e recursos hídricos, realizados a partir de 2021, encaminhem os certificados para o e-mail da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam demonstrar a capacitação dos membros para obtenção de recursos do PROCOMITÊS; **e)** Informou que no último dia 10/12 aconteceu a 26ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 104ª Reunião Ordinária da CT-RN – 13/12/2021- 9h

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

onde foram aprovadas Deliberações interessantes de serem conhecidas pelos demais membros da CT-RN, sendo elas: i. Deliberação dos Comitês PCJ nº 398/21, de 10/12/2021 que definiu cronograma e regras para seleção de áreas de interesse para desenvolvimento de ações do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Federal, constantes do PAP-PCJ 2021-2025, para indicação nos exercícios de 2022 a 2025; ii. Deliberação dos Comitês PCJ nº 400/21, de 10/12/2021 que aprovou o Plano de Capacitação dos Comitês PCJ para o período 2022 a 2025; iii. Deliberação dos Comitês PCJ nº 389/21, de 10/12/2021 que aprovou o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2021 - ano base 2020” das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; iv. Deliberação dos Comitês PCJ nº 392/21, de 10/12/2021, que aprovou os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2022/2023 e dá outras providências. O Sr. Tiago informou que as minutas aprovadas estão no processo de assinatura e publicação e logo mais estarão disponíveis no sítio eletrônico dos Comitês PCJ pelo [link <http://comitespcj.org.br>](http://comitespcj.org.br); **3.4.** dos Membros (palavra aberta): **a)** O Sr. João Lima, representante da P.M. de Várzea Paulista/SP, informou sobre a dificuldade que a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) está tendo para abastecer os municípios de Várzea Paulista/SP e Campo Limpo Paulista/SP por conta da baixa vazão do Rio Jundiá cuja vazão média está na ordem de 300 l/s (trezentos litros por segundo), sendo que os municípios demandam 500 l/s (quinhentos litros por segundo). Informou que existe um projeto de adução de água da Represa Paiva Castro, mas que não foi iniciado ainda. O Sr. Demarchi reforçou a importância dos representantes dos municípios acompanharem as discussões acerca do Sistema Adutor Regional das Bacias PCJ (SAR-PCJ) e do GT-Estiação que foi prorrogado pelos Comitês PCJ para o ano de 2022; **b)** A Sra. Maria Lucia Solera, representante do IPT, informou do lançamento do “Guia metodológico para implantação da Infraestrutura Verde nos municípios”, que conta com pequenas ações para serem implantadas nos municípios, produzido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e que pode ser acessado por meio do [link <shorturl.at/cenzH>](http://shorturl.at/cenzH). Reforçou também a “Plataforma IPT Pró Municípios” que conecta os gestores públicos com o conhecimento técnico do IPT em engenharia e tecnologia, onde os representantes interessados podem buscar mais informações por meio do [link <https://municipios.ipt.br>](https://municipios.ipt.br); **c)** O Sr. Miguel Milinski, representante do DAAE e PM de Rio Claro/SP, informou sobre a fase final de avaliação e consolidação do Plano

Nacional de Recursos Hídricos desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e que ocorrerá nos dias 13 e 14/12/2021. **4. Planos de Macrodrenagem dos Rios Jundiá e Capivari:** Na sequência, o Sr. Demarchi convidou o Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP e representante da CT-RN no Grupo de Acompanhamento dos Planos de Macrodrenagem dos Rios Jundiá e Capivari criado no âmbito da Agência das Bacias PCJ. O Sr. Petrus agradeceu a oportunidade e informou que o Grupo de Acompanhamento do Plano de Macrodrenagem analisou e aprovou o produto final (Produto 10) do trabalho. Foram consideradas ações de facilitação de infiltração de água no meio rural, mas com menor precisão do que deveria ser pensado por conta de muitos estudos não estarem considerados no TR que contratou o serviço. Reforçou que esse cuidado está sendo considerado no TR que detalha os estudos para elaboração do Planos de Macrodrenagem do Rio Capivari. O Sr. Petrus reforçou a importância desses cuidados como combate a erosão, remodelação de estradas rurais e ações de recuperação de matas que podem facilitar o processo de infiltração de água e redução da onda de cheia em momentos de grande precipitação na região. O Sr. Demarchi apresentou a proposta de elaboração de um documento solicitando à SE/PCJ a inclusão de representante da CT-RN para o acompanhamento permanente do Planos de Macrodrenagem dos Rios Capivari que foi aprovado por todos; **5. A Política de Mananciais PCJ – Qual o papel do município?** Na sequência, o Sr. Demarchi realizou a apresentação “Pagamentos por Serviços Ambientais: experiência no âmbito da área de atuação dos Comitês de Bacias dos Rios PCJ”. Informou que essa apresentação foi realizada em 04/11/2021 na Câmara Técnica de Proteção das Águas (CTPA) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH). Apresentou a Política de Mananciais PCJ e seus Programas e sobre a experiência do Programa “Produtor de Água” no município de Extrema/MG. Explicou sobre as estratégias gerais do projeto com as restaurações e ações de proteção realizadas por meio do financiamento com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, por meio de parcerias e com recursos de terceiros com obrigação de restauração florestal como medidas compensatórias de processo de licenciamento ambiental. Apresentou os principais projetos já contemplados pela Política de Mananciais PCJ. Apresentou a importância da governança e a interação local que os agentes dos municípios podem colaborar no processo de implantação dos programas com a participação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CONDER) e a interação com outros instrumentos municipais como Projeto de Segurança Hídrica, Plano Municipal de Recursos Hídricos, Plano Diretor,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Ata da 104ª Reunião Ordinária da CT-RN – 13/12/2021- 9h Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Programa Município VerdeAzul (PMVA), Plano Municipal de Saneamento e de Resíduos Sólidos e a instalação da Unidade Gestora do Projeto (UGP). Na sequência, destacou a importância do maior protagonismo dos municípios nos Comitês de Bacias Hidrográficas e, conseqüentemente, a gestão ambiental municipal, interagindo com a Política de Educação Ambiental e o Plano Diretor Municipal. Destacou a importância da visão regional de integração para o estabelecimento dos corredores ecológicos. Por fim, destacou como desafios a estrutura e articulação institucional dos municípios, as prorrogações sucessivas do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que atrasaram o processo, a identificação das áreas prioritárias para restauração florestal, e a mobilização dos proprietários rurais. Dando continuidade, o Sr. Demarchi abriu para dúvidas e questionamentos. A Sra. Luiza Ishikawa, representante da ONG Jaguatibaia, destacou a importância da mobilização de estudantes no processo de monitoramento da qualidade dos corpos d'água e o processo integrador e educativo desta prática. Destacou também as estratégias de estudo de meio, já tendo participado de experiências presenciais e virtuais, com vídeos, e que podem ser consideradas como estratégias integradoras e mobilizadoras das comunidades. O Sr. Demarchi destacou a importância da integração da Política de Mananciais PCJ com a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, que está em processo de revisão pelos membros da CT-EA. O Sr. Luis Sertório Teixeira, representante da Fundação Florestal, destacou a importância de manter a atenção na Zona Rural dos municípios para não acabar focando apenas na área urbana dos municípios que demandam muitos esforços. Assim, reforçou a importância da Política de Mananciais focar na capacitação e mobilização de extensionistas rurais. Exemplificou apresentando um trabalho realizado com produtores rurais de Brotas/SP onde houve a elaboração de Projetos Integrados da Propriedade (PIP) pelos produtores rurais. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a discutir, o coordenador da CT-RN, Sr. João José A. A. Demarchi, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 104ª Reunião Ordinária desejando boas festas e um próspero ano de 2022.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

Petrus Bartholomeus Weel
Coordenador-adjunto da CT-RN